

A psicanálise na cultura: novas formas de intervenção*

(Psychoanalysis in culture: new intervention ways)

*Vera Lopes Besset***

*Ruth Helena de Pinto Cohen****

*Luciana Gageiro Coutinho*****

*Luiza Mendes Rubim******

Resumo

Este trabalho foi produzido a partir da experiência de psicanalistas no contexto de uma pesquisa-intervenção desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com o governo do Estado do Rio de Janeiro. Baseou-se na implantação de “grupos de reflexão” com jovens de diversas comunidades, coordenados por estudantes de psicologia e supervisionados por professores responsáveis pelo projeto. O trabalho traz algumas reflexões sobre a transferência no contexto atual das novas formas de intervenção da psicanálise na *polis*. Trata da presença do analista e, portanto, da psicanálise, não somente fora do espaço de um consultório, mas igualmente fora do enquadre de um tratamento. Destaca a importância dos laços transferenciais que puderam ser estabelecidos entre os coordenadores do projeto e os líderes comunitários como representantes do

* Texto recebido em abril/2007 e aprovado para publicação em maio/2007.

** Fonte de financiamento ou reconhecimento e apoio técnico recebido no desenvolvimento do trabalho: Governo do Estado do Rio de Janeiro; Pós-Graduação em Psicologia (UFRJ); CNPq (Bolsas PQ; Doutorado; Mestrado; IC); FAPERJ (Bolsas IC).

** Doutora em Psicologia (Paris V), professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia (IP/UFRJ), pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e a Adolescência Contemporâneas (NIPIAC), coordenadora do Grupo de Pesquisa CLINP (Clínica Psicanalítica) do PPGP/UFRJ, e-mail: besset@terra.com.br

*** Doutora em Psicologia (UFRJ), professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia, professora da graduação da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD/UFRJ), pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e a Adolescência Contemporâneas (NIPIAC), e-mail: ruthcohen@uol.com.br

**** Doutora em Psicologia Clínica (PUC Rio), pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e a Adolescência Contemporâneas (NIPIAC), com bolsa de Pesquisador-Associado FAPERJ, e-mail: lugageiro@uol.com.br

***** Mestre em Psicologia (IP/UFRJ), psicóloga do Colégio A. Liessin Scholem Aleichem (Rio de Janeiro), pesquisadora do Grupo de Pesquisa CLINP (Clínica Psicanalítica) do PPGP/UFRJ, pesquisadora associada do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e a Adolescência Contemporâneas (NIPIAC), e-mail: lularubim@gmail.com

• O Processo editorial deste artigo foi acompanhado pelo Editor Responsável e pelos membros da Comissão Executiva.

poder local na instauração da transferência amorosa entre os jovens universitários e os jovens da comunidade.

Palavras-chave: Pesquisa-intervenção; Transferência; Juventude; Psicanálise.

A particularidade da experiência

Este texto refere-se à experiência de psicanalistas em uma pesquisa-intervenção desenvolvida no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.¹ Fornece algumas reflexões sobre a transferência nas novas formas de intervenção propostas pela psicanálise, na atualidade. Ao mesmo tempo, fala da presença do analista fora do espaço de um consultório. Nesse sentido, aborda a questão da abertura de espaços de *fala* e de escuta favoráveis à emergência de sujeitos que possam fazer um uso pensante de sua cidadania. Os resultados dos quais trata indicam a especificidade de uma proposta de trabalho que, no contexto da psicanálise aplicada,² testemunham seu vigor político, distinguindo-se das ofertas do mercado próprio ao neocapitalismo.

A pesquisa em questão realizou-se no âmbito de um projeto amplo, denominado *Jovem Total*, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, visando capacitação profissional de jovens, por meio de “oficinas de geração de renda”³ e atingindo quase dois mil jovens. Tal projeto buscava, igualmente, subsídios sobre a visão dos jovens de comunidades denominadas “carentes”, no que concerne às políticas públicas para o setor “juventude”. Sendo assim, constrói-se a parceria do estado com a universidade, identificada pelo primeiro como lugar de produção de saber. Para atender a essa demanda e respeitar sua vocação de trabalho, voltada para ações e pesquisas com crianças e jovens, o NIPIAC organizou o que denominamos de *Grupos de reflexão*. Essa estratégia de pesquisa teve como objetivo “fornecer subsídios para um diagnóstico das possibilidades de maior inserção e participação dos jovens na sociedade, dentro de um planejamento de políticas públicas para essa população” (Besset, Correa & Castro, Projeto “Grupos de reflexão”, 2002). O recurso aos *Grupos de reflexão*, como via de pesquisa, permitia, ao mesmo tempo, a intervenção, com o intuito

¹ NIPIAC-IP/UFRJ, coordenado por Lúcia Rabello de Castro (www.psicologia.ufrj.br/pospsi/nipiac).

² Os autores deste texto são pesquisadores da área de pesquisa “psicanálise aplicada” do NIPIAC, coordenada por V.L. Besset.

³ O projeto *Jovem Total* realizou-se no segundo semestre de 2002; as “oficinas de geração de renda” foram desenvolvidas sob a responsabilidade da UERJ.

de ofertar aos jovens participantes do projeto a oportunidade de se apresentarem como sujeitos, para além da condição de “objetos-dejeto” da cidade na qual vivem e da qual encontram-se excluídos. Todavia, em função de limites de ordem material e temporal, apenas parte da população atendida pelo projeto governamental participou desses grupos, que congregava apenas os interessados, ou seja, aqueles que se inscreviam gratuitamente para tal. Aqueles que não se incluíram nos grupos, por força do compromisso com a coleta de dados, foram ouvidos em entrevistas. A análise dos dados colhidos nessas entrevistas, realizada pela equipe do NIPIAC, resultou em conclusões divulgadas, entre outros, na publicação de uma coletânea de textos (Castro & Correa, 2005).

No presente artigo trabalhamos com os dados relativos aos *Grupos de reflexão*, experiência que favoreceu, como nossos dados indicam, a criação do que se nomeou, *a posteriori*, um *espaço de fala*.⁴ As conclusões desse estudo indicam que o modo de realização dessa pesquisa-intervenção conferiu às comunidades estudadas um *novo* valor. Um valor distinto daquele de objeto de manipulação, tanto de políticos em véspera de eleição ou, mesmo, de entidades sociais que tiram proveito da situação daqueles que atendem em favor próprio, quanto dos “fora-da-lei” que impõe sua vontade como regra. Nesse contexto, consideramos de extrema relevância explicitar o modo como o projeto se inseriu nas comunidades e a maneira pela qual ele se apresentou à população.

Desde Freud, o psicanalista instigado pelo desafio de encaminhar o que *não cessa de não se escrever*, ou seja, o que escapa de toda tentativa de simbolização, aproveitando a via da contingência, talvez possa fazer valer o discurso da psicanálise, abrindo o espaço para as singularidades. No seio dessa pesquisa-intervenção, sobre a qual discorreremos no escopo desse artigo, a nosso ver, se deu um encontro no qual algo *cessou de não se escrever* e pôde comparecer na fala de cada um dos jovens das comunidades e na relação com a equipe “psi”. Esse encontro pode viabilizar uma saída das identificações idealizadas em favor da emergência de sujeitos que, na solidão de suas falas, podem se responsabilizar, cada vez mais, por seus atos.

A construção de um laço

Duas características revelaram-se marca distintiva desse trabalho de pesquisa-intervenção, a julgar pelo depoimento dos jovens e adultos das comunidades-alvo. A primeira delas é apresentar-se como uma proposta *inclusiva*, à diferença

⁴ Um primeiro texto versando sobre o mesmo tema, sob o título “A transferência nas novas formas de intervenção”, de autoria de Besset, Cohen, Coutinho, Rabello de Castro, Rubim e Viola, foi apresentado no XIV Encuentro Internacional del Campo Freudiano e SEGUNDO ENCUESTRO AMERICANO, “Los resultados terapéuticos del psicoanálisis– Nuevas Formas de transferencia”, realizado em 5, 6 e 7 de agosto de 2005, no Centro Cultural San Marin, Buenos Aires.

da quase totalidade dos projetos desse tipo, pois não estipulou critérios de escolaridade e foi bastante flexível com os limites de idade para os que dele queriam participar. Assim, o projeto atingiu jovens de até 24 anos de idade, indo além da fronteira marcada pela maioridade jurídica, que, na maioria das vezes, é critério de limite para atendimento de jovens em projetos sociais. Com isso, visava-se não só ampliar o escopo da população pesquisada, mas também incluir aqueles jovens que, por não estarem inseridos em nenhuma rede de atendimento pelas políticas públicas, poderiam ter a oportunidade de se beneficiar de nosso trabalho.

A segunda característica é realizar-se nos *locais onde vivem* os jovens participantes do projeto; nesse caso, comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro. Isso implicou o deslocamento dos profissionais envolvidos do espaço físico da universidade, na Zona Sul da cidade, para lugares distantes, com suas especificidades de risco. Sobre o que distancia esses lugares, para além de sua distância geográfica, nos ensinam os jovens, que, em suas falas, explicitam a segregação existente no âmbito da cidade. Nela, existiriam, então, dois tipos de moradores, caracterizando dois *mundos*, que raramente se encontram: de um lado, os da *favela*, no qual se incluem, e, por exclusão, de outro, os do *asfalto*. Nesse contexto, em princípio, adverso, a viabilização de nosso projeto, em toda a sua extensão, dependeu, sobretudo, dos laços transferenciais que puderam ser estabelecidos entre os coordenadores do projeto e os líderes comunitários.

A confiança, como sabemos, foi a primeira denominação utilizada por Freud para designar o fenômeno da transferência (Freud, 1987/1893-1895). De fato, na base da realização do projeto, conforme assinalou uma das líderes nele envolvida, a construção de uma confiança entre as “partes” revelou-se fundamental. Foi pelo viés desse laço transferencial, primeiro entre os pesquisadores e os líderes, que uma transferência amorosa pôde ter lugar entre os jovens da comunidade e os estagiários “psi”. Esses estagiários, jovens igualmente, ficaram responsáveis pela coordenação dos *Grupos de reflexão*.

Acompanhados de seu supervisor técnico, esses estudantes compareciam aos locais cedidos, na maioria das vezes, por associações de moradores ou instituições, como escolas e igrejas, para os encontros com os grupos de jovens da comunidade. Para o sucesso desse empreendimento, alguns cuidados foram necessários: uma orientação, uma tática e uma estratégia, a obediência a um “cerimonial” específico, que foi se construindo a partir do que era apresentado pelo líder comunitário, pelos jovens e pelas especificidades de cada local. Dessa forma, a entrada dos pesquisadores nas comunidades exigiu um trabalho prévio de aproximação e mediação, até a instauração de um laço entre eles e os jovens.

Em alguns locais, o *passaporte* de entrada era a marca identificatória do projeto, uma nomeação “bem visível” inscrita na blusa dos participantes do projeto, uma camiseta fornecida pelo governo do estado. Em situações de maior violência, não era recomendável olhar para o rosto das pessoas que atravessassem o caminho e era preciso aguardar que o anfitrião – o líder comunitário – autorizasse o acesso. O horário de saída também deveria ser rigorosamente respeitado. Nesses casos, a garantia da segurança dos profissionais que ali se apresentavam dependia da palavra do líder comunitário, que, assim, viabilizava o encontro dos jovens da comunidade com uma equipe “psi”.

Os estagiários “psi” trabalhavam sempre em dupla na coordenação dos grupos, o que fez surgir do lado dos jovens a idéia de que estes seriam “casais”. Assim, algo surpreendentemente freudiano emergiu nesse contexto tão atípico de intervenção psicanalítica, por meio de fantasias edípicas, colocando os coordenadores, diversas vezes, imaginariamente, no lugar dos representantes parentais; algo notável em uma época em que se constata que o Édipo, tal como Freud o descreveu, não comparece mais com sua força de organização identificatória. Sabemos, a partir da psicanálise, o quanto o investimento do Outro, familiar e social, é determinante na constituição dos sujeitos por meio da designação de um lugar simbólico no qual cada um pode se ancorar para subjetivar-se. Isso é ainda mais relevante em se tratando de jovens que estão diante de um novo encontro com o Outro da cultura.

Veremos, adiante, como esses jovens, entre o governo, com suas motivações políticas, nem sempre em acordo com um discurso – oficial impecável, e a universidade, interessada em transformar seu saber em fazer, em prol de ações sociais, puderam fazer uso do “instrumento” que lhes foi ofertado nesse encontro inédito.

A construção de um lugar

Ao lidar com o inconsciente e com as relações humanas, o analista já está imerso no espaço político e, portanto, não pode desconsiderar o “malestar da civilização” (Freud, 1988/1930) na ética de sua ação. Os males provenientes da vida em sociedade sempre foram objeto do interesse de Freud, que sublinhava a necessidade da existência de instâncias de mediação e de regulação, como os ideais que dão consistência à Lei. Isso para que os laços sociais tenham possibilidade de se instaurar, a despeito de exigências pulsionais imperativas. Nesse sentido, decifrar as diversas modalidades da Lei, sob a forma do discurso do *Outro*, em seus modos simbólicos de existir, constitui, desde seu nascimento, um desafio à práxis da psicanálise.

No contemporâneo, caracterizado como pós-modernidade (Lyotard, 1998), hipermodernidade (Lipovetsky, 2004) ou modernidade tardia (Giddens, 1991), o que antes funcionava como ideal universal fragmentou-se, pluralizou-se. Os paradigmas hegemônicos, que sustentavam os ideais e, até então, balizavam o psiquismo, perderam sua força na formação das subjetividades. Em termos das transformações sociais, esse novo momento histórico pode ser traduzido, principalmente, pelo colapso das hierarquias representadas pelas instituições tradicionais, família, Estado e Igreja, pelo acirramento do paradigma individualista e pela derrocada das fronteiras entre o privado e o público. Nesse contexto, o campo da psicanálise encontra-se desafiado pela crise de legitimidade e insuficiência da Lei, pelo individualismo exacerbado que se expressa por meio da máxima “salve-se quem puder” e pelo tempo virtual e acelerado, enquanto o mercado oferece sua parafernália de objetos, que se espalham pelo mundo e panopticamente instalados dizem: “sorria, você está sendo consumido”. Essas questões exigem profundas mudanças do ato analítico, que hoje opera sustentado por um “saber fazer” com a palavra que inclui o gozo na própria fala.

Como conseqüência desse novo cenário social, testemunhamos a construção de um *novo* sujeito, seja ele pós ou hipermoderno, e, por conseguinte, constatamos maior responsabilidade de cada sociedade ou comunidade, em nível local. Algumas das comunidades-alvo de nosso estudo encontram-se à mercê dos comandos, desmandos e caprichos de alguns de seus membros. Nelas, entretanto, observamos, ao mesmo tempo, a existência de uma espécie de governo que não tem força suficiente para interditar o gozo transbordante, ou seja, aquilo que excede o *princípio do prazer*, na busca do que o mercado e a ciência prometem para o encontro com uma suposta felicidade. Assim, se o tempo em que vivemos encontra-se sem Lei consistente que sustente os ideais, e o governo legisla com a fragilidade dessa inconsistência, abre-se espaço ao aparecimento de uma nova modalidade de representante da lei local: o líder comunitário. O líder é aquele que, em sua *atopia*, representa a invenção de uma nova referência na vida dos jovens, não é governo nem é representante do tráfico de drogas, mas a interseção contingente de uma criação contemporânea do exercício de certo tipo de comando.

Sendo assim, o que a experiência com os *Grupos de reflexão* no âmbito do projeto *Jovem Total* demonstra é que, hoje, em muitas comunidades do Estado do Rio de Janeiro, a Lei é contingente e pode ser encarnada, por exemplo, pelos líderes comunitários tanto quanto pelos comandos do tráfico de drogas. Trata-se de uma ética e de uma política que não serviriam para todos, mas que têm sua aplicação local.

Nesse contexto, os líderes comunitários parecem funcionar como uma “ponte” entre dois mundos diversos, operando uma *sutura* entre o espaço comunitário e o Estado: não representam nem um nem outro, mas fazem parte dessa interseção. Desse modo, ocupam um lugar que não é governo e emergem do povo, garantindo a lei local. Ao mesmo tempo, fazem funcionar os laços sociais de forma própria, constituindo e ocupando lugares que, segundo o depoimento de um deles, são posições permutáveis, obedecem a uma lógica própria. São aqueles que, não por voto, mas por seus próprios atos, se tornam mercedores de todo respeito. Transcrevemos parte do depoimento de um deles: “Esse lugar não é meu. É um lugar que qualquer um pode ocupar. Há uma associação de moradores, há comitês que se organizam, há contraventores, existem inúmeras formas de se identificar, há gente do CV⁵ de uma comunidade que não pode falar com pessoas da outra [comunidade]. Existe o povo do asfalto e o da favela.” A fala desse líder mostra bem o quanto o lugar do Outro pode ser ocupado de diversas formas e nem sempre promove a convivência pacífica e a possibilidade do pacto social.

Na cidade, quando o que comanda é sem lei, predominando a ordem do capricho, vive-se no regime do medo, do pânico das massas órfãs de liderança. Trata-se do *sem-sentido*, das manifestações de um real excessivo, que transborda nas manchetes dos jornais e na psicopatologia da vida de nossa cidade. E são inúmeras as formas de barbárie que perpassam nosso *pathos* cotidiano: violência que ocorre nas famílias, nas escolas e nas comunidades e indica o reino de uma nova lógica. Sem os referentes simbólicos que sustentem a Lei, não há lugar para as diferenças nem para o exercício da autoridade legitimada. O assassinato não mais promove a culpa nem solidifica a interdição, como nos faz ver Freud no mito do “Totem e Tabu” (1988/1913). Se na época freudiana, destacou-se a fantasia de “bate-se em uma criança”, hoje nos deparamos tanto com a prática da pedofilia quanto com o assassinato dos pais pelos filhos, de forma quase que indiferenciada.

Essas constatações nos instigam e nos levam a pensar: se os jovens inventaram uma nova maneira de regular o gozo, pela ação do líder comunitário, qual seria a possível invenção contemporânea de tratamento do gozo oferecida a eles por um psicanalista? Não contando mais com o apaziguamento oferecido pela lei fálica, precisamos fazer uma nova aposta lógica que possa sustentar nossa ação. Aposta que, necessariamente, nos leva a abordar a questão do lugar do psicanalista.

⁵ Sigla de um grupo “fora-da-lei”.

No trabalho que nos ocupa aqui, a presença do analista fora dos limites dos consultórios, no seio de uma equipe nomeada interdisciplinar, é ocasião privilegiada para recolocar a pergunta que Lacan formula desde o início de seu ensino: “O que é um psicanalista?” O autor responde a isso, em outro momento, formulando que o analista se define em função de um lugar, em um discurso. G. Brodsky (2002) explicita do que se trata, ao afirmar que o lugar depende do analista que, em certo sentido, leva o discurso com ele. Desse modo, esse lugar aparece disjuncto de coordenadas espacialmente definidas, tanto geográficas como imaginárias. Partindo desse princípio, um psicanalista pode estar presente em instituições sempre regidas pelo discurso do mestre ou nas comunidades de baixa renda para as quais é convocado a trabalhar, ou ainda, em seu consultório, respondendo às demandas de seu tempo. Nesse sentido, pode ter um compromisso com as questões da cidade, se acreditamos, com Éric Laurent (2002), que a psicanálise deve ser desafiada em sua atualidade. Resta-nos a responsabilidade de pensar uma psicanálise possível em que o discurso do analista possa ir de encontro à subjetividade de uma época.

Com a palavra, os jovens: do amor ao sentido

Neste ponto de nosso relato julgamos oportuno trazer uma breve descrição da estratégia técnica usada por nós nesta pesquisa-intervenção, tendo em vista que se trata de um modo de fazer *estranho* à psicanálise que se revelou, no contexto específico deste trabalho, um suporte fundamental ao surgimento de uma fala do lado dos jovens.

Os encontros realizados com os jovens totalizaram-se em quatro, observando-se o intervalo de uma semana entre eles. Em cada um, trabalhava-se a partir de algumas tarefas cujos objetivos impulsionavam e dirigiam as atividades. O primeiro iniciou-se com a apresentação dos estagiários, tanto em termos pessoais quanto institucionais, identificação dos participantes e esclarecimento sobre o escopo do projeto. Ainda, sublinhou-se o desejo de ofertar um espaço em que estes pudessem expressar opiniões, imaginar e inferir sobre sua inserção dentro da comunidade em que vivem e na cidade do Rio de Janeiro. Esclareceu-se, em seguida, que o convite à fala acompanhava-se da garantia do sigilo acerca do que diriam, assim como de suas identidades. Muitos participantes demonstraram interesse e curiosidade em saber sobre o projeto e a formação dos estagiários, mas alguns também se mostravam desconfiados e, em certos momentos, até indiferentes. Nesse primeiro momento de trabalho, foi possível observar que, de modo geral, os jovens demonstravam ansia tanto pela fala quanto pela escuta; entretanto, houve registro de alguns poucos participantes que se mostravam, de certo modo, inertes e desinteressados, embora parecessem bem atentos às falas dos coordenadores.

No primeiro encontro, realizou-se uma dinâmica de apresentação em que três perguntas foram propostas: “Quem sou eu? O que gosto? O que faço?” Nele, igualmente, outra atividade foi desenvolvida, a partir da tarefa: fazer uma história de um jovem como eles. Esclarecemos que as histórias seriam usadas no próximo encontro e que deveriam incluir alguns itens: “Quem é esse jovem? (nome, idade, família, lugar onde nasceu)”. “Como é a vida dele(a)? (o que faz, o que gosta, amizades, aonde vai etc.)”. “Como ele(a) vê o mundo à sua volta? (idéias e pensamentos)”. “Qual é o sonho de vida desse(a) jovem?” “Como ele(a) vai realizar esse sonho (facilidades e dificuldades que vai enfrentar)”. “Como você(s) acha(m) que termina a história desse(a) jovem?”

No segundo encontro, os grupos apresentaram as histórias previamente construídas. As narrativas giravam em torno de temas muito comuns para eles: violência, preconceito, desemprego, desigualdade social, falta de infra-estrutura e desejo de ter “uma vida melhor”. A possibilidade de estudar e ter um “bom emprego” era a via que possibilitaria a realização do sonho. Mas, mesmo com essa “garantia”, os jovens deveriam ser muito determinados, pois, provavelmente, seriam alvos de preconceitos e de discriminação, seja pela raça, seja pela condição social. O significante *amizade* surgiu, nesse contexto, a partir de uma dupla vertente. Segundo a fala dos jovens, existe “amizade do bem e do mal”. A primeira seria caracterizada pela generosidade e confiança, enquanto a segunda seria marcada pelo oportunismo, pela inveja e pela fofoca. Em todas as histórias a palavra violência se fazia presente, seja no cotidiano dos jovens (guerra entre a polícia e o tráfico de drogas), seja por meio das imagens da televisão ou por experiências de violência doméstica. Houve adesão à dinâmica, mas, algumas vezes, constatávamos pouco investimento e motivação dos participantes em relação às suas próprias narrações, sendo maior o interesse pelo contato com os estagiários. Falas queixosas e demandas veladas de escuta e de ajuda eram endereçadas a todo o momento aos estagiários “psi”, fatos que indicaram um vínculo, laço, em construção.

No mesmo encontro, após a exposição das histórias, foi proposta outra atividade. Nessa, os participantes se dividiram em dois grupos e cada um deles deveria construir um painel/maquete sobre uma cidade e suas características (nome, localização, tamanho, pessoas que lá moravam); as apresentações das cidades deveriam ser sucintas. Solicitou-se, também, que os jovens criassem quatro problemas para as cidades “imaginárias” e, posteriormente, dissessem como eles acontecem, como os habitantes lidam com esses problemas e que soluções buscam.

No terceiro encontro foi realizado o debate sobre as cidades, seus problemas e as possibilidades de solução dos mesmos. Então, verificou-se que muitos dos

problemas retratados diziam respeito à realidade conhecida pelos próprios jovens em suas experiências de vida: falta de saneamento básico e postos de saúde, violência, desemprego, descompromisso do governo e do Estado, ausência da noção de cidadania etc. Em seguida ao relato dos jovens, foi proposta uma atividade que consistiu em uma dramatização. Dois novos grupos foram formados, um deles deveria ser a comunidade e o outro o governo. A partir disso, foi proposto um debate entre essas duas instâncias a fim de que o governo pudesse escutar e atender às reivindicações ligadas aos problemas das cidades “imaginárias”. Significantes como “abandono”, “providências” e “caos” perpassaram os discursos desenvolvidos nesse contexto. Por parte do governo, falas do tipo “se votar em mim eu faço”, “vou falar com fulano”, se fizeram presentes. Nesse momento, o laço transferencial demonstrava-se mais consistente, já que a cada dinâmica os grupos reagiam de forma mais positiva aos incentivos, pedidos e questionamentos dos estagiários/coordenadores.

No quarto e último encontro as atividades giravam em torno de um jogo de tabuleiro de 21 casas. O ponto de partida era “o jovem hoje” e a tarefa do jogo consistia em imaginar e descrever a situação em que esse jovem se encontra. O ponto de chegada seria o que esse jovem teria de bom ao final do caminho a percorrer, atrelado ao seu tempo de vida. Assim, o jogo incidia sobre o que vai se passar na vida desse jovem até atingir o ponto de chegada. A partir do sorteio de uma carta, num conjunto de 13 cartas previamente relacionadas à participação do sujeito (três cartas), ajuda de outrem (três cartas), da ação do poder público (três cartas) e de problemas a serem enfrentados pelo jovem (quatro cartas), o grupo decidiria sobre o conteúdo específico de cada carta e quantas casas o jovem poderia avançar no jogo (uma, duas ou três). Mais uma vez, as cartas giraram em torno da realidade vivida ou “comprada” pelos jovens participantes do projeto, mas um novo discurso pôde ser construído a partir da máxima: “...os sofrimentos pelos quais o jovem passou causaram-lhe danos, mas servirão de *lição* para [ele] continuar lutando e alcançar seus objetivos”. Em um dos grupos, por exemplo, os jovens disseram, ao final, que as reflexões que se deram naquele espaço, oferecido pelo projeto e dinamizado pelos estagiários “psi”, ajudaram a achar soluções possíveis para seus problemas. E, também, vislumbrar alguma espécie de esperança no futuro, a partir de suas próprias capacidades, como indica a fala de um dos jovens: “Se até hoje não resolveu, amanhã pode resolver”.

Ainda na última reunião, cada jovem participante do projeto falou de sua inserção no trabalho desenvolvido. Alguns declararam que, inicialmente, a perspectiva de “ficar conversando com pessoas com papos de maluco” (alusão à formação “psi” dos profissionais) os deixou comedidos, inibidos, e, de certa

forma, desinteressados. Depois de algum tempo, constataram ter ficado mais “falantes”, descobrindo um grau de elaboração insuspeitado sobre suas vidas, realidades, possibilidades e questões. Reconheceram que o trabalho propiciou um entrosamento maior entre eles, dentro de cada grupo, levando-os a vislumbrar a possibilidade de estreitar laços com vizinhos com quais nem sequer trocavam “bom-dia”. Mostraram-se extremamente entrosados com os estagiários e declararam que sentiriam falta daquele espaço.

Apesar da questão da violência ser bastante presente em seus discursos, por meio das histórias que construíam, o tema do tráfico parecia, por vezes, algo que podia ser evitado, e uma saída possível comparecia pela via da identificação com os coordenadores dos grupos: a universidade. Nesse sentido, ao final do projeto, o desejo de ter uma formação universitária, muitas vezes na área da psicologia, era bastante freqüente na fala dos jovens. Eis um trecho do relatório final de um estagiário: “O discurso dos jovens neste último encontro foi bem diferente do primeiro, e isso foi falado por eles próprios. Achamos que eles cresceram, em termos de grupo, e, em sua maioria, também em termos individuais. Sentimos que nosso trabalho foi reconhecido e valorizado e que criamos um bom vínculo com eles”.

“Um bom vínculo com eles”, eis um sinal do amor de transferência que possibilitou a construção desse trabalho. Graças a esse “bom vínculo” foi possível fazer com que esses jovens aceitassem o convite para pensar, refletir, por vezes, em lugares onde a violência impera e a fala é excluída, onde a palavra comparece exclusivamente no modo imperativo.

A transferência e a psicanálise aplicada

Os dados extraídos de nossa pesquisa fazem delinear, para nós, uma questão: na psicanálise aplicada, trata-se de uma nova forma de transferência ou uma nova forma de intervenção que a transferência torna possível? Provisoriamente, é possível escolhermos a segunda alternativa, ancorados na teorização própria ao nosso campo. Vejamos.

Recentemente, J.-A. Miller (2005) lembra-nos que Lacan, no final de seu ensino, coloca a transferência como pivô do *sujeito suposto saber* e não o contrário, assinalando uma inversão de perspectiva em sua abordagem da questão. Sendo assim, para fazer existir o inconsciente como saber é preciso o amor. Partindo dessa premissa, acreditamos que o amor de transferência, entendido no mais estrito sentido freudiano, foi o motor de nosso trabalho com os jovens. Explicitemos o que chamamos, aqui, freudiano, no que tange o amor de transferência.

Freud afirma, ao discorrer sobre a transferência, em 1917, que esta, quando positiva, reveste de autoridade o analista, levando o analisante a crer em suas interpretações, procedimentos e argumentos. Sobre o que ocorre do lado do sujeito, indica que “na medida em que a sua transferência leva um sinal de ‘mais’, ela reveste seu médico de autoridade e se transforma em crença nas suas comunicações e explicações” (Freud, 1987/1917, p. 405). Trata-se de uma autoridade, Freud é bastante claro quanto a isso, conferida pelo amor, mas que se explica pela repetição: “...sua crença [do paciente] está repetindo a história de seu próprio desenvolvimento; é um derivado do amor e, no princípio, não precisa de argumentos. Apenas mais tarde ele lhes permite suficiente espaço para submetê-los a exame, desde que os argumentos sejam apresentados por quem ele ama” (Freud, 1987/1917, p. 405).

Na pesquisa que realizamos, na qual se assinala a presença do analista fora de seu consultório, alguns elementos concernentes ao debate sobre a eficácia da psicanálise onde ela opera fora do discurso analítico fundamentaram nossa aposta. No espaço de fala que se conquistou, no reduzido tempo de nossa pesquisa-intervenção, o jovem pode sonhar, e, segundo um deles, pensar “muito mais do que na escola”. A despeito, certamente, do saber somente ter comparecido ali como suposto. Refletir quando a ordem é não pensar e agir pode ser uma ocasião inaudita para uma mudança de posição de um sujeito frente ao mal-estar.

Inspirados nas propostas de alguns líderes, buscamos extrair conseqüências sobre o que surgiu nos *Grupos de reflexão*: o íntimo, o público, o que há de inédito e a surpresa que a fala e a escuta promovem dentro desse dispositivo apoiado pela ética do desejo e da responsabilização. Operamos sobre o não saber instituído, em torno do vazio, sobre o qual emerge o mal-estar próprio à singularidade, tentando permitir que o gozo e os excessos depositados na linguagem possam encontrar vias de escoamento nas falas de cada um. Como conseqüência dessa experiência, extraímos a atualidade política do inconsciente, o novo saber que emerge e desafia o ato analítico.

Nesse contexto, em termos das incidências da psicanálise aplicada, sublinhamos que, a partir dos vínculos transferenciais estabelecidos com os líderes, surgiu a demanda de algumas comunidades à universidade pela implantação de um pequeno projeto nos moldes do anterior. A exigência, entretanto, é que este incluía a realização dos “grupos de reflexão”, com os profissionais “psi”. Sendo assim, foram realizadas tentativas conjuntas de implantação de novos projetos, tecidos em parceria, mas impedidos de prosseguir pela falta de apoio financeiro. Por essa perspectiva, implantamos um projeto-piloto de pesquisa-intervenção em uma comunidade de baixa renda

no Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 2006, com o apoio da UFRJ e de uma metalúrgica de pequeno porte instalada na região.⁶ Os resultados desse trabalho vêm sendo divulgados no contexto de vários eventos científicos, entre outros a IV Jornada de Pesquisa e Intercâmbio do NIPIAC, cujo tema foi “Pesquisa-intervenção na infância e adolescência”.⁷

Para nós, a presença do analista fora dos limites de seu consultório, no seio da equipe dos *Grupos de reflexão*, foi ocasião privilegiada para recolocar a pergunta que Lacan formula desde o início de seu ensino: “O que é um psicanalista?” Essa é a questão que nos interessa manter em aberto.

Abstract

This article results from the experience some psychoanalysts had in the context of an intervention-research work carried out in the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) in collaboration with the State Government of Rio de Janeiro. It consisted of the creation of ‘reflection-groups’ involving young people from different communities, coordinated by students of Psychology and supervised by their professors in charge of the project. The text reflects on transference in the present context of new ways of psychoanalytical intervention in the city. It discusses the analyst’s presence, as well as that of psychoanalysis, not only outside a doctor’s office, but also outside the analytical treatment setting. It underlines the importance of transference bonds established between the project’s coordinators and the community leaders – local power representatives – when love transference occurred between young university students and young people in the community.

Key words: Research-intervention; Transference; Youth; Psychoanalysis.

⁶ A Usaço, que favoreceu o acesso aos jovens da comunidade e forneceu apoio material e logístico para a realização do projeto “A Psicanálise nas Novas Formas de Pesquisa e Intervenção com Adolescentes”, com a coordenação de Besset, Cohen, Gageiro, contando com a participação de alunos de mestrado e graduação.

⁷ Realizada em 23 de outubro de 2006, no Auditório Pedro Calmon, do Fórum de Ciência e Cultura, Campus da Praia Vermelha-UFRJ; *Pesquisa-intervenção com adolescentes: contribuições da psicanálise*. Besset, Coutinho e Cohen, texto debatido por Ana Lydia Santiago (UFMG).

Referências

- Besset, V. L., Correa, J. & Castro, L. R. (2002). Projeto “Grupos de reflexão”. Arquivos do NIPIAC. Mimeo.
- Brodsky, G. (2002). A solução do sintoma. *Opção Lacaniana*, (34), 17-25.
- Castro, L. R. & Correa, J. (Org.). (2005). *Mostrando a real: um retrato da juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: NAU.
- Freud, S. (1988). Totem y tabú. In: Freud, S. *Obras completas*. v. 13. Buenos Aires: Amorrortu. p. 1-164. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1988). (1987). Sobre la psicoterapia de la histeria. In: Freud, S. *Obras completas*. v. 2. Buenos Aires: Amorrortu. p. 261-309. (Original publicado em 1893).
- Freud, S. (1988). (1987). 27ª Conferencia. La transferencia. Conferencias de introducción al psicoanálisis (Parte III). In: Freud, S. *Obras completas*. v. 15. Buenos Aires: Amorrortu. p. 392-407. (Original publicado em 1917).
- Freud, S. (1988). (1989). Psicología de las massas y análisis del yo. In: Freud, S. *Obras completas*. v. 18. Buenos Aires: Amorrortu. p. 63-136. (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (1988). (1988). El malestar en la cultura. In: Freud, S. *Obras completas*. v. 21. Buenos Aires: Amorrortu. p. 57-140. (Original publicado em 1930).
- Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Laurent, E. (2002). O que está em jogo nas jornadas. *Correio*, (38), 10-16.
- Lipovetsky, G. & Sebastien, C. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.
- Lytard, F. (1998). *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Miller, J.-A. (2005). Uma fantasia. *Opção Lacaniana*, (42), 7-18.